

**AO JUÍZO DAS VARAS CÍVEL, FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES  
DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO XXXXXXXXXX/DF.**

**FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, telefones: XXXXXXXXXXXX e XXXXXXXXXXXX, e-mail: XXXXXXXX, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (parágrafo único, do artigo 16 da Lei nº 1060/50 e inciso III, do artigo 4º da Lei Complementar nº 80/94), propor a presente

**AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS**

em face de **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, filha de Pai de Tal e Mãe de Tal, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, demais dados desconhecidos, pelos fundamentos de fato e direito a seguir aduzidos:

**DOS FATOS**

O Requerente é pai dos menores **FULANO DE TAL**, nascida em XX.XX.XXX e **FULANO DE TAL**, nascido em XX.XX.XXXX, fruto do relacionamento entre ele e a Requerida, conforme cópias das certidões de nascimento anexas.

Com o término do relacionamento, os infantes permaneceram sob a guarda e responsabilidade da mãe, porém, o Requerente sempre contribuiu mensalmente para a manutenção dos filhos, visando seu bem-estar e pleno desenvolvimento.

Contudo, a Requerida passou a oferecer resistência injustificada às visitas do Requerente aos filhos e, em que pese o empenho do Requerente,

não foi possível solucionar amigavelmente a questão, em face da irredutibilidade da Requerida, não restando-lhe alternativa senão o ajuizamento da presente demanda a fim de que tenha seu direito assegurado.

Sendo assim, é de suma importância que o direito do Requerente em visitar seus filhos seja regulamentado da seguinte forma:

- O Requerente buscará os filhos em finais de semana alternados, na casa materna, aos sábados, às 08h, e as devolverá no mesmo lugar que buscou, domingos, às 18h.
- Nas férias escolares, o genitor desfrutará da companhia dos filhos na primeira metade de cada período;
- Nas festividades de fim de ano, os menores passarão o dia de Natal com a genitora, nos anos ímpares e o dia de Ano Novo nos anos pares, conseqüentemente, com o genitor ficará com os filhos no dia de Natal dos anos pares e o dia de Ano Novo nos anos ímpares;
- Nos aniversários dos menores, estes deverão passar em companhia da genitora nos anos ímpares e na companhia do genitor nos anos pares.
- Nos aniversários genitores, os menores passarão com o aniversariante;
- No dia dos pais, os menores passarão com o genitor e o dia das mães será comemorado em companhia da genitora.

## **DO DIREITO**

O poder familiar é ônus que a sociedade organizada atribui aos pais, em razão do parentesco, no interesse dos filhos. Na verdade, trata-se de um múnus, ou melhor, um complexo de direitos e deveres, incluindo entre estes, o de guarda, sustento e educação.

De acordo com o art 1.589 do Código Civil, tal poder é exercido conjuntamente pelo pai e pela mãe. Ressalte-se, ainda, que a convivência destes, entre si, não é requisito para a titularidade do poder familiar.

Art. 1.589. O pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação.

Consoante o disposto no art. 1.632 do Código Civil, havendo separação judicial, divórcio ou dissolução de união estável, o poder familiar permanece íntegro, exceto quanto ao direito de ter os filhos em sua companhia. Assim, aquele que for privado da guarda dos filhos terá direito de não só visitá-los, como também fiscalizar a sua manutenção e educação.

Impende salientar que, em sintonia com a tendência mundial, o Diploma Civil adotou como o critério de escolha, na hora de regulamentar as questões que envolvam os filhos, o princípio do melhor interesse das crianças.

Outrossim, a convivência da criança com a sua família é direito assegurado pelo art. 227 da Constituição Federal, com absoluta prioridade, e considerado como direito fundamental da menor, matéria-prima indispensável para a construção de sua personalidade.

Como se vê, o comportamento da genitora, incontestavelmente, vem impedindo a saudável convivência e a necessária comunicação da criança com o Requerente, causando um distanciamento, e apartando a essencial integração entre pai e filhos, fazendo-se imprescindível que as visitas sejam regulamentadas.

## **DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, requer:

**a)** o deferimento dos benefícios da justiça gratuita, em conformidade com o artigo 98 e ss do CPC e das disposições da Lei 1.060/50 (declarações anexas);

**b)** a intimação do ilustre representante do Ministério Público;

**c)** a citação do requerido, no endereço supra, para, querendo, apresentar resposta dentro do prazo legal, tendo em vista a parte Requerente **NÃO** possuir interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação, em atenção ao art. 319, inciso VII do CPC;

**d)** a procedência do pedido, regulamentando o direito de visitas do requerente aos filhos, nos termos acima consignados;

**e)** a condenação da requerida nas custas processuais e honorários advocatícios, a serem revertidos em favor da Defensoria Pública do DF (art. 3º, inciso I, da Lei Complementar Distrital nº 744/2007, Decreto nº 28.757/2008), e depositados no Banco XXXX, Código do Banco XXX, Agência XXX, Conta XXXXXXXX -PRODEF.

Protesta provar o alegado por todos os meios em direito admitidos.

Dá à causa o valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

Termos em que requer e aguarda deferimento.

XXXXXXXXXXXX/DF, XX de XXXXXX de XXXXX.

---

**Requerente**

---

**Defensor Público Do Distrito  
Federal**

**ROL DE TESTEMUNHAS**

- 1) **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXX, telefone: XXXXXXXX.

## **DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA E DE RESIDÊNCIA**

**FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXX, telefones: XXXXXXXXXXXX e XXXXXXXXXXXXXXXX, e:mail:XXXXXXXXXXXXXXXXX, declara com a finalidade de obter a gratuidade da justiça (Lei n.º1060/50), que não possui condições econômicas e financeiras de arcar com à custa processuais e honorários advocatícios sem prejuízo próprio ou da família, estando ciente de que, se falsa for esta declaração, incorrerá nas penas do crime do art.299 do Código Penal (falsidade ideológica), além do pagamento de até XX (XXX) vezes o valor das custas judiciais sonegadas (§ 1º, do art. 4º da Lei n.º 1060/50).

Declara, ainda, estar ciente de que, ocorrendo mudança de endereço, esta tem que ser imediatamente comunicada ao juízo.

Outrossim, compromete-se a comparecer quinzenalmente ao fórum e/ou à Defensoria Pública para acompanhar ou dar andamento ao processo, ficando ciente de que, nos termos do inc. II, do art. 485 do Código de Processo Civil, o processo poderá ser extinto sem julgamento do mérito quando o autor deixar de promover os atos e diligências que lhe competir.

XXXXXXXXXX/DF, XX de XXXXXXXX de XXXX.

---

**Requerente**

---

**Defensor Público do Distrito  
Federal**